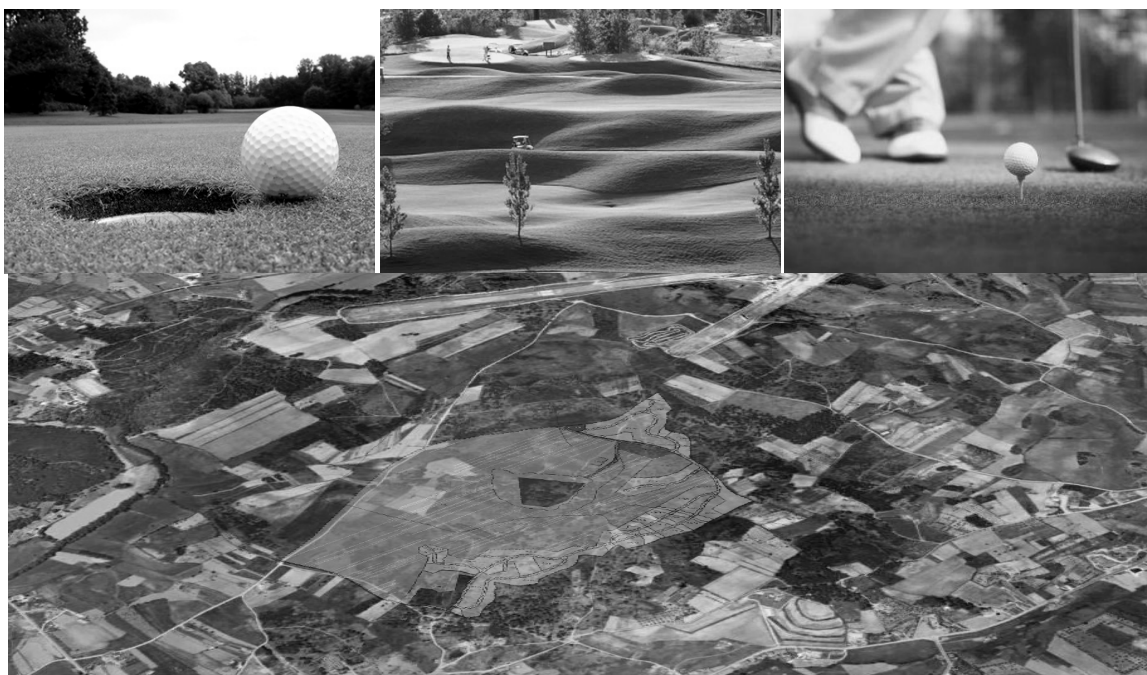




PLANO DE PORMENOR DA JAGUNDA

Avaliação Ambiental Estratégica
Resumo Não Técnico

agosto 2012
município de seia



lugar do plano, gestão do território e cultura

Índice

1.	Introdução	5
2.	Objetivos	6
3.	Objeto de Avaliação	6
3.1	Enquadramento Geral da Área de Intervenção do Plano	7
3.2	Enquadramento do PP da Jagunda no PDM de Seia	9
3.3	Objetivos e Questões Estratégicas do Plano de Pormenor da Jagunda.....	12
3.4	Proposta do PP da Jagunda	14
4.	Metodologia	16
5.	Quadro de Referências Estratégico.....	18
6.	Fatores Críticos para a Decisão	19
7.	Análise e Avaliação Estratégica por Fator Crítico para a Decisão	20
7.1	FCD – Recursos Naturais	22
7.1.1	<i>Matriz SWOT – Situação existente e análise tendencial</i>	22
7.2	Qualidade Ambiental.....	23
7.2.1	<i>Matriz SWOT – Situação existente e análise tendencial</i>	23
7.3	Qualidade de Vida	24
7.3.1	<i>Matriz SWOT – Situação existente e análise tendencial</i>	24
7.4	Ordenamento do Território	26
7.4.1	<i>Matriz SWOT – Situação existente e análise tendencial</i>	26
8	Síntese da Avaliação Estratégica de Impactes	27
9	Medidas e Recomendações para Seguimento	29
10	Programa de Gestão e Monitorização Ambiental.....	34
11	Quadro de Governança	39
12	Considerações Finais	41

Índice de Figuras

Figura 1 – Aviso n.º 13077/2009 / Plano de Pormenor da Jagunda.	7
Figura 2 – Localização do Plano de Pormenor da Jagunda.	8
Figura 3 – Fotografia Aérea do PP da Jagunda.....	9
Figura 4 – Extrato da Planta de Ordenamento do Território PDM em Vigor.....	10
Figura 5 – Extrato da Planta de Condicionantes PDM em Vigor.	11
Figura 6 – Planta de Condicionantes do Plano de Pormenor da Jagunda.....	12
Figura 7 – Planta de Implantação do PP da Jagunda.....	15
Figura 8 – Representação esquemática da determinação dos FCD (Partidário, 2007).....	19

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Instrumentos de base Normativa para o PP da Jagunda.....	18
Tabela 2 - Fatores Críticos para a Decisão, Critérios e Objetivos de Sustentabilidade.....	21
Tabela 3 - Análise SWOT no âmbito dos Recursos Naturais	22
Tabela 4 - Análise SWOT no âmbito da Qualidade Ambiental	23
Tabela 5 - Análise SWOT no âmbito da Qualidade de Vida	24
Tabela 6 - Análise Swot no âmbito do Ordenamento do Território.	26
Tabela 7 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica do PP da Jagunda.....	28
Tabela 8 - Quadro de Governança para a Ação	39

1. Introdução

A avaliação ambiental estratégica (AAE) constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

O principal objetivo da AAE é estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

De acordo com o Artigo 5.º da Diretiva 2001/42/CE, sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

O relatório ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa e a sua posição no processo de tomada de decisões.

No que diz respeito ao Envolvimento Público e Institucional e de acordo com o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro), bem como do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, após a elaboração do Relatório Ambiental, e previamente à sua aprovação, a proposta de plano e o respetivo Relatório Ambiental serão sujeitos a Discussão Pública. Neste contexto, de forma a assegurar um processo participativo, é instituída a consulta pública à qual o presente Resumo não Técnico da AAE dá suporte.

2. Objetivos

A Avaliação Ambiental Estratégica tem como **objetivos globais**:

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (*win-win*) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Assim, com a aplicação da AAE pretende-se estabelecer um **nível elevado de proteção do ambiente** e contribuir para a integração das considerações ambientais nas diversas fases de preparação de determinados planos e programas.

3. Objeto de Avaliação

O objeto de avaliação do presente relatório ambiental é o Plano de Pormenor da Jagunda - Seia.

Um Plano de Pormenor é um plano municipal de ordenamento do território que *“desenvolve e concretiza propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a forma de edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral.”* (de acordo com o artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro).

Em 30 de junho de 2009 a Câmara Municipal de Seia deliberou iniciar o processo de elaboração do plano de pormenor da Jagunda (aviso n.º 13077/2009).

CÂMARA MUNICIPAL DE SEIA**Aviso n.º 13077/2009**

A Câmara Municipal de Seia, deliberou na sua reunião de 30/06/2009, proceder à elaboração do Plano de Pormenor da Jagunda — Núcleo de Desenvolvimento Turístico.

Trata-se de um Plano que abrange uma área compreendida entre os aglomerados da Arrifana e São Martinho, pelo Aeródromo e pela Via que futuramente lhe dará acesso.

Os objectivos fundamentais do Plano consideram o desenvolvimento de um modelo de ocupação assente numa ocupação exclusivamente afecta às actividades turística e de lazer, com baixa densidade construtiva, considerando as valências de alojamento, restauração, desporto e lazer (incluindo um campo de golfe).

Assim, nos termos do estabelecido no n.º 2, do artigo 77.º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que altera o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro), informa-se que está aberto, por um período de 15 dias a contar desta data, a participação do público para a formulação de sugestões para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de elaboração deste Plano.

Mais elementos sobre o presente processo poderão ser consultados no Município durante o período normal de funcionamento ao público.

8 de Julho de 2009. — O Presidente da Câmara, *Eduardo Mendes de Brito*.

Figura 1 – Aviso n.º 13077/2009 / Plano de Pormenor da Jagunda.

É neste contexto que surge o presente Plano de Pormenor da Jagunda.

A definição rigorosa do objeto a avaliar – PP da Jagunda – exige, obrigatoriamente, o conhecimento prévio da situação do processo de elaboração deste, de forma a estabelecer o contexto e a natureza da avaliação.

3.1 Enquadramento Geral da Área de Intervenção do Plano

A área de intervenção do PP da Jagunda localiza-se no concelho de Seia, mais concretamente na freguesia de Seia. A área de intervenção é de cerca de 97 hectares.

A área em questão compreende o território delimitado pelos aglomerados de Arrifana / São Martinho e pelo Aeródromo.

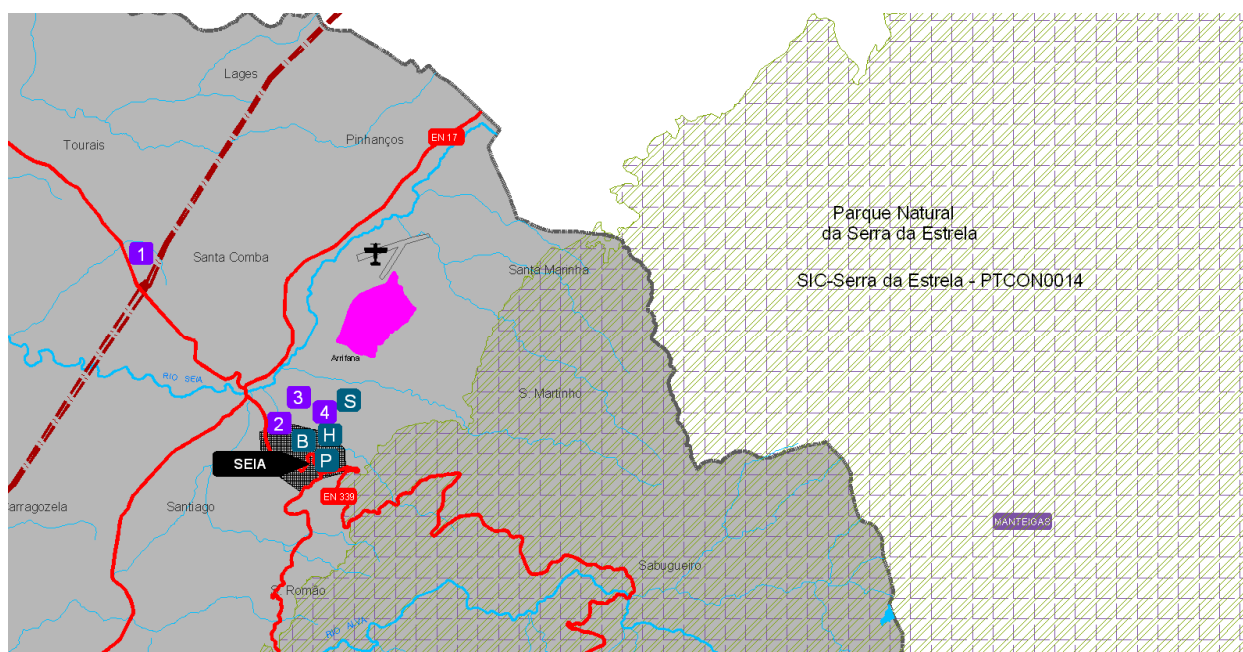
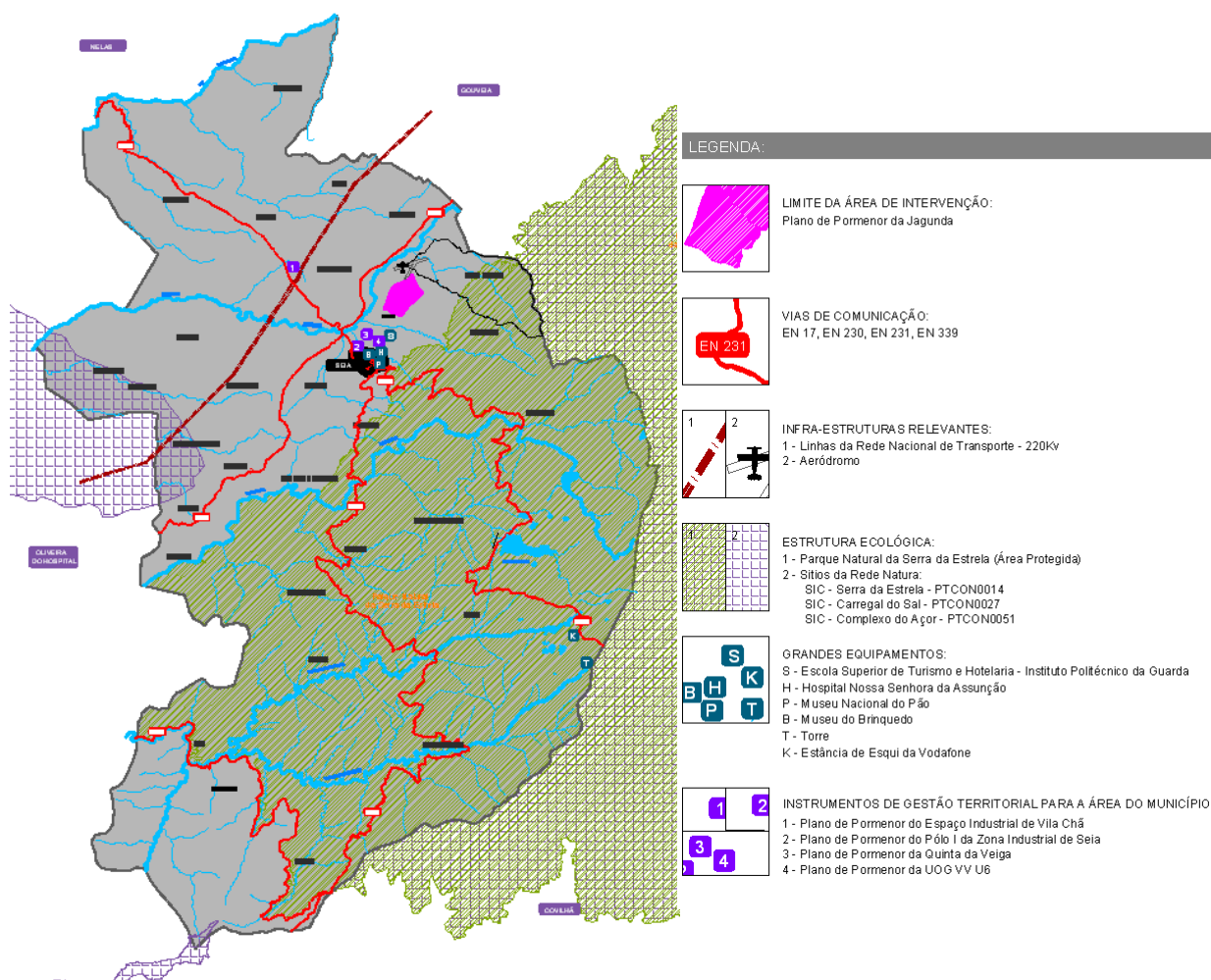


Figura 2 – Localização do Plano de Pormenor da Jagunda.



Figura 3 – Fotografia Aérea do PP da Jagunda.

As principais acessibilidades, a área é servida pela EM 522-4 e pela EM 522 que ligam a área do plano a Seia. A área localiza-se ainda próximo da EN17, que se desenvolve a cerca de 1 km a Oeste.

3.2 Enquadramento do PP da Jagunda no PDM de Seia

O Plano Diretor Municipal de Seia foi publicado em Diário da República - I Série B, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 121/97, de 24 de julho, tendo sido alterado pela Declaração n.º 248/2003 (2.ª Série), publicada em Diário da República - II Série, n.º 178, de 4/8/2003.

Encontrando-se atualmente, com suspensão parcial na área destinada à implantação do aproveitamento hidroelétrico de Girabolhos., através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 35/2011, de 17 de agosto, publicada em Diário da República - I Série, n.º 157, de 17/8/2011.

De acordo com a Planta de Ordenamento do PDM em vigor, a área de intervenção do PP da Jagunda integra as seguintes classes de espaços: espaços agrícolas, espaços florestais e espaços naturais.

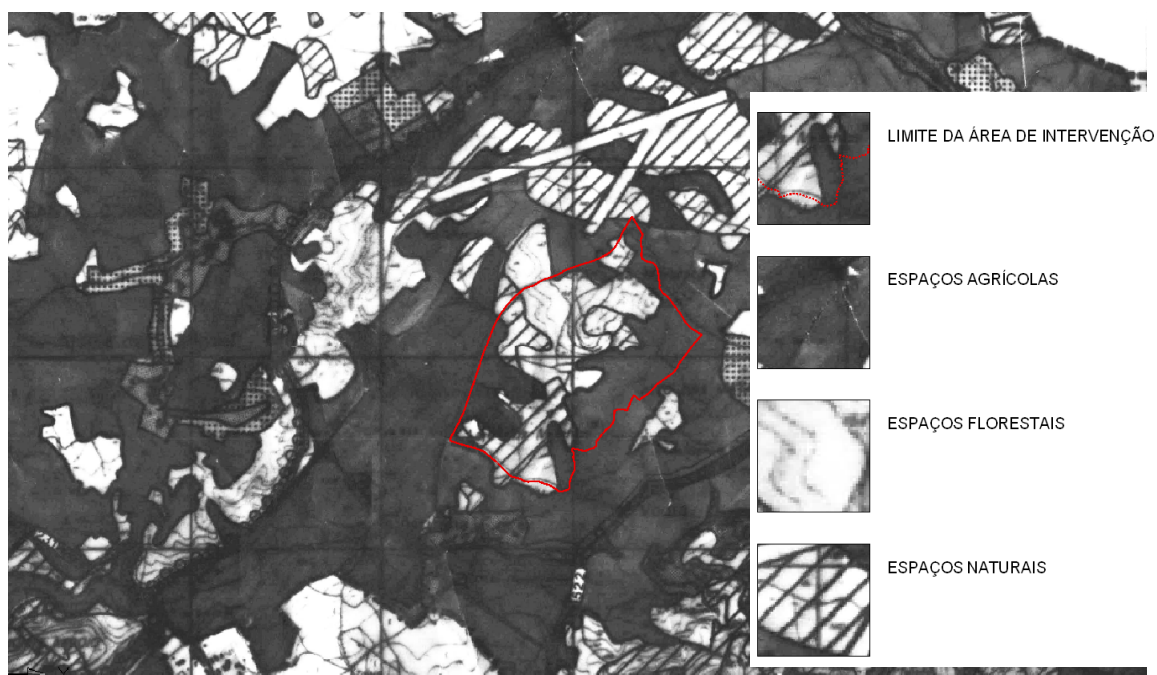


Figura 4 – Extrato da Planta de Ordenamento do Território PDM em Vigor.

Fonte: Lugar do Plano, 2012

Trata-se de áreas, onde em geral, as atividades turísticas e de lazer são permitidas, mas não entendidas numa perspetiva integrada. Será portanto necessário um exercício de planeamento à escala daquele local que procure equacionar um modelo de ocupação turística integrada e sustentável daquele local.

Relativamente às condicionantes, a área do de intervenção integra áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), localizadas na área oeste do plano, conforme se pode visualizar na figura seguinte.

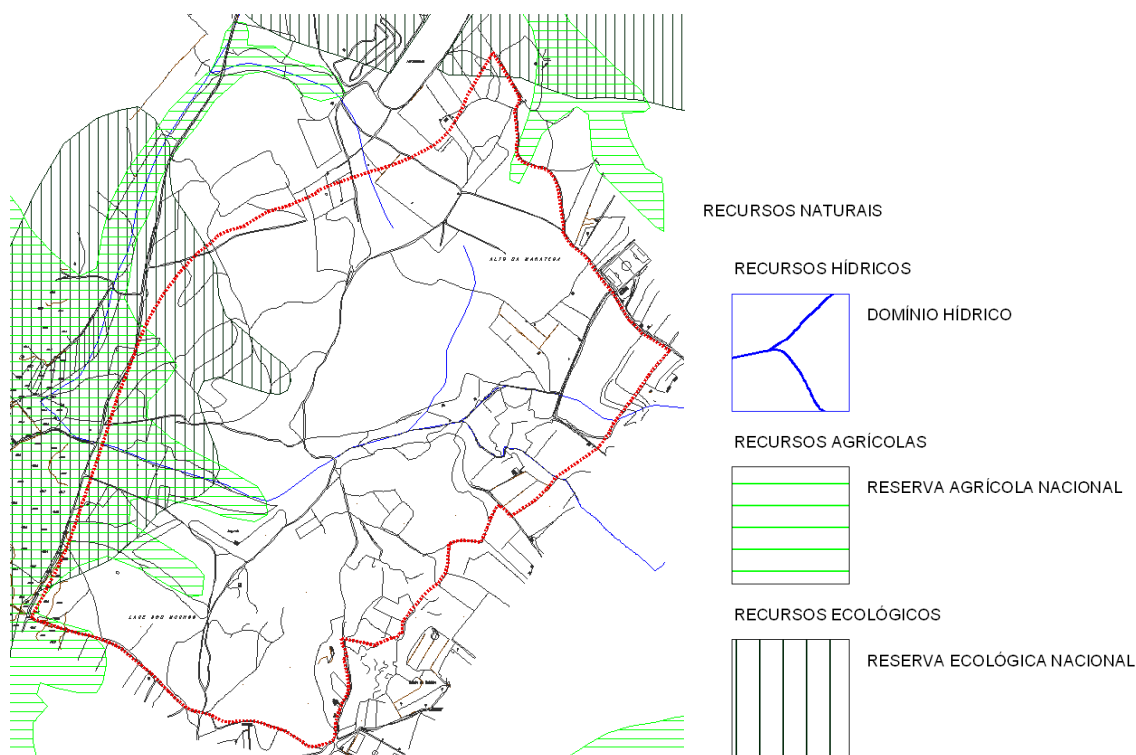


Figura 6 – Planta de Condicionantes do Plano de Pormenor da Jagunda.

Fonte: Lugar do Plano, 2012

3.3 Objetivos e Questões Estratégicas do Plano de Pormenor da Jagunda

A promoção do desenvolvimento do setor do turismo é um eixo fundamental de dinamização económica do concelho e da região.

Cabe ao Município no âmbito das suas atribuições e competências utilizar os instrumentos de ordenamento territorial ao seu dispor para fomentar o desenvolvimento económico, particularmente, e no enquadramento atual, no domínio da promoção da criação de emprego.

Neste âmbito, o Município de Seia entendeu iniciar um trabalho de elaboração de Planos de Ordenamento do Território, especialmente orientados para a planificação do desenvolvimento de áreas com potencialidades de desenvolvimento turístico.

O desenvolvimento de uma área turística de grande dimensão associada à promoção de um campo de golfe, com valências de alojamento, restauração, desporto e lazer, tem vindo a ser apontada como um trunfo importante a acrescentar à oferta turística existente em torno da Serra da Estrela. O desenvolvimento deste programa base nesta área, resulta da identificação de um conjunto de aptidões existentes nesta área, designadamente:

- i) Possuir uma localização estratégica entre a cidade e o aeródromo, estando previsto ser servida com a concretização dos eixos de articulação viária entre o aeródromo e a cidade, nomeadamente a ligação entre a via de acesso ao aeródromo e a Circular de Seia.

ii) A existência de declives moderados e a pouca expressão de condicionantes ao nível do uso do solo, REN ou RAN, bem como as oportunidades de intervenção ao nível da recuperação e valorização paisagística, por incidir em terrenos, em geral devolutos e com ocupação arbustiva e florestal desordenada.

iii) Ser possível reconverter uma área contínua de grande dimensão, adequada designadamente a necessária ao equipamento “campo de golfe”, aproximadamente 60Ha.

iv) Possuir excelentes condições de exposição e qualidade paisagística.

Acresce aos motivos e oportunidade que justificam a elaboração de um Plano, o interesse de investimento manifestado por um grupo empresarial, que inclusivamente apresentou um pedido de informação prévia para construção de um empreendimento turístico com campo de golfe, e que de algum modo se deseja suscite um processo de concertação e colaboração na implementação do Plano a elaborar.

A elaboração de um Plano de Pormenor surge assim como o procedimento adequado à concretização dos objetivos de desenvolvimento daquela área, tendo em consideração a necessidade de enquadrar e definir o modelo de organização territorial e de ocupação turística que melhor salvguarde a defesa dos valores ambientais, mas também que melhor defina um processo de transformação sustentável e economicamente viável daquela área.

Deverá admitir-se que o Plano a elaborar, possa reequacionar algumas das opções e coeficientes urbanísticos definidos no Plano Diretor Municipal, defendendo em todo o caso um modelo de ocupação assente numa ocupação construtiva de baixa densidade e exclusivamente afeta às atividades turísticas.

Em síntese, a intervenção a realizar pautar-se-á pelas seguintes questões estratégicas (QE):

QE1: Promover o desenvolvimento económico e social.

QE2: Promover um modelo de organização territorial e de ocupação turística que melhor salvguarde a defesa dos valores ambientais.

QE3: Valorização paisagística da área de intervenção.

QE4: Melhorar as acessibilidades internas e externas.

3.4 Proposta do PP da Jagunda

O Plano de Pormenor da Jagunda estabelece as regras a que obedece a ocupação, uso e transformação do solo na respetiva área de intervenção, bem como o seu regime de execução, considerando os termos de referência preparados pelo município de Seia para a sua elaboração.

A área de intervenção do Plano integra a classe de solo rural e, em função dos usos previstos, é qualificada como Espaços de Ocupação Turística.

O Espaço de ocupação turística subdivide-se nas seguintes subcategorias de espaço, identificados na planta de implantação:

- a) **Estabelecimentos hoteleiros:** i) Hotel ii) áreas verdes exteriores envolventes para uso comum do Hotel
iii) Aparthotel iv) Áreas verdes exteriores envolventes para uso comum do Aparthotel
- b) **Aldeamento turístico:** i) Unidades de alojamento ii) Áreas verdes e equipamentos para uso comum do Aldeamento Turístico
- c) **Equipamento de animação autónomo:** i) Campo de golfe ii) Club-House iii) Áreas verdes exteriores envolventes para uso comum da Club-House
- d) **Infra estruturas e equipamentos do Conjunto Turístico:** i) Portaria ii) Espaços e áreas verdes exteriores para uso comum iii) Equipamentos iv) Via e percurso pedonal afeto ao Aldeamento Turístico v) Via e percurso pedonal afeto ao Conjunto Turístico vi) Estacionamento de uso comum ao Conjunto Turístico
- e) **Espaço Canal**

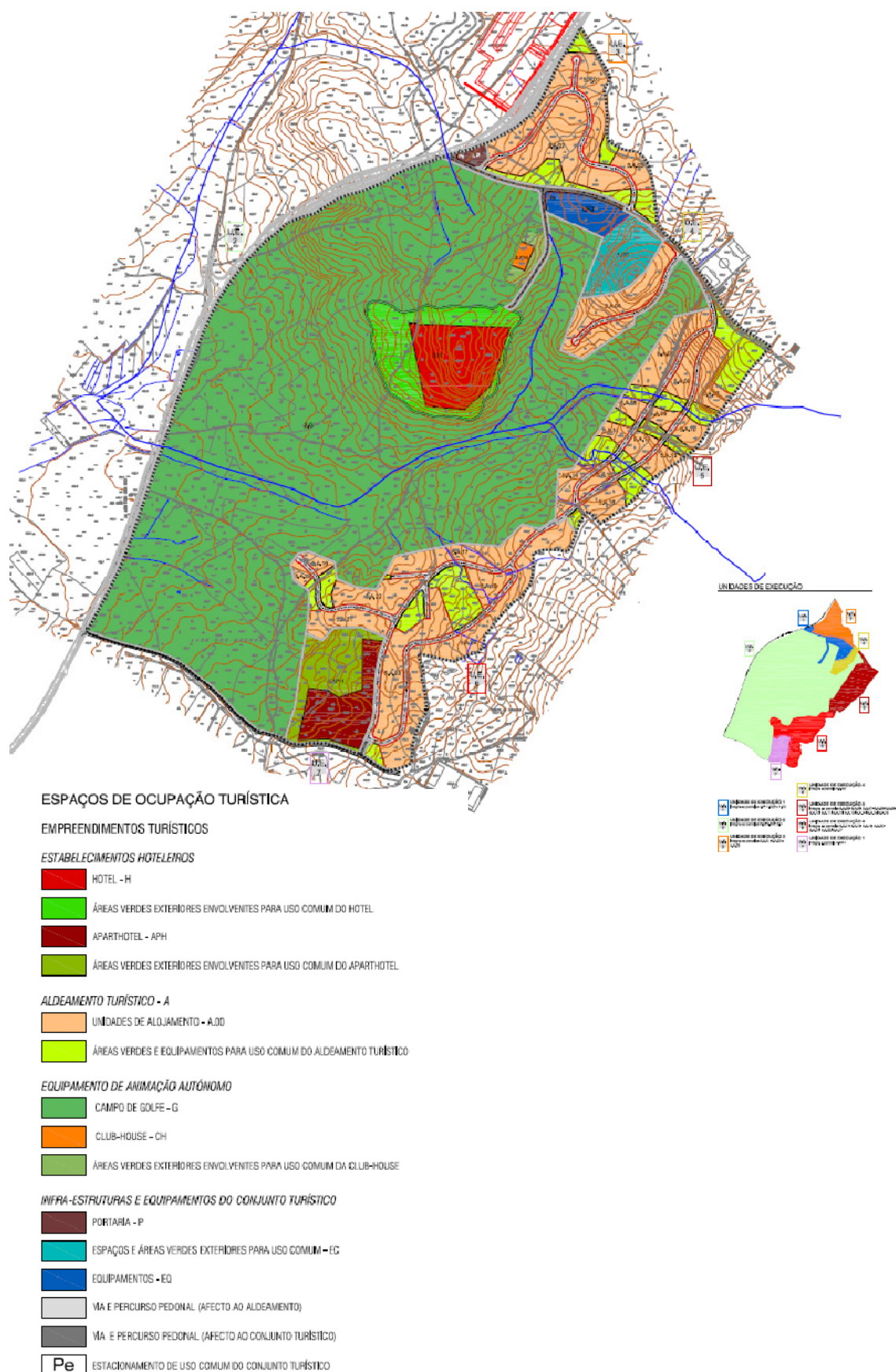


Figura 7 – Planta de Implantação do PP da Jagunda.

Fonte: Lugar do Plano, 2012

4. Metodologia

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, estabelece o regime a que fica sujeita a **avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente**, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/42/CE, de 27 de junho, do Parlamento Europeu e do Conselho e corporiza num contexto jurídico-administrativo a avaliação ambiental de determinados planos e programas, vulgarmente designada como **Avaliação Ambiental Estratégica** (AAE).

De uma forma geral, o processo da AAE desenvolve-se em diversos momentos:

- Definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental, matérias contextualizadas no **Relatório de Fatores Críticos** (RFC), onde se inclui a determinação dos Fatores Críticos de Decisão (FCD) que são analisados no presente Relatório Ambiental;
- Consulta Pública às entidades com competências no processo de AAE e integração dos pareceres e comentários efetuados no âmbito desta consulta, no Relatório Ambiental;
- Elaboração do **Relatório Ambiental** com integração das questões ambientais relevantes para a análise do Plano;
- **Participação Pública** (Proposta do Plano, Pareceres e Relatório Ambiental);
- Elaboração da **Declaração Ambiental** (por parte da entidade responsável pela elaboração do Plano, no presente caso a Câmara Municipal) e aprovação pela Assembleia Municipal. Esta declaração destina-se a informar o público e as entidades consultadas sobre a decisão, mais propriamente, sobre a forma como as considerações ambientais foram tidas em consideração durante a preparação e elaboração do Plano, e apresentar o programa e as medidas de controlo. A declaração deve conter:
 - Uma síntese relativa às considerações ambientais do relatório ambiental que foram integradas no plano;
 - As observações apresentadas pelas entidades consultadas na discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
 - As razões que fundaram a aprovação do PMOT à luz de outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
 - As medidas de controlo previstas.
- Execução do Plano e **Monitorização** da AAE. Nesta fase, a Câmara Municipal deve **avaliar e controlar os efeitos significativos do ambiente decorrentes da aplicação / execução do plano**, verificando se estão a ser cumpridas as medidas constantes da Declaração Ambiental.

A metodologia adotada para a caracterização de cada um dos FCD definidos para a proposta do PP da Jagunda envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Descrição dos FCD e seus objetivos;
- Situação existente e análise de tendências;
- Efeitos esperados, oportunidades e riscos;
- Medidas e recomendações para o seguimento

Na análise da situação existente e das principais tendências, associada a cada um dos FCD, recorreu-se a uma análise do tipo SWOT¹. Com esta análise pretendeu-se efetuar um diagnóstico geral das características ambientais, económicas e de ordenamento do território existentes no concelho, tendo-se identificado um conjunto de pontos fortes e fracos que determinam um conjunto de ameaças e oportunidades.

Posteriormente estabeleceu-se um Quadro de Governança bem como um Programa de Gestão e Monitorização Ambiental que poderá melhorar o planeamento, monitorização e gestão deste plano.

¹O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

5. Quadro de Referências Estratégico

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) estabelece as orientações de políticas ambientais e de sustentabilidade, definidas a nível regional, nacional, europeu e internacional, relevantes para a AAE do objeto em análise. Os instrumentos de referência identificados definem o Quadro de Referência Estratégico, para o plano em análise, e permitem identificar os objetivos de sustentabilidade que devem ser considerados no desenvolvimento das opções do plano. Os instrumentos identificados e analisados como precursores de orientações estratégicas para a proposta do PP da Jagunda estão listados na Tabela 1.

Tabela 1 - Instrumentos de base Normativa para o PP da Jagunda

Instrumento de referência Nacional	Acrónimo
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 - 2013	QREN
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2008-2015	PNAEE
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
Plano Nacional da Água	PNA
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	PEAASAR II
Plano Estratégico para os recursos sólidos urbanos II	PERSU II
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS
Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego	PNACE
Plano Rodoviário Nacional	PRN - 2000
Instrumentos de referência sectorial	
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego	PBH - Rio Mondego
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela	POPNSE
Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira interior Norte	PROFBIN
Instrumentos de referência Regional	
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT-C
Programa operacional (PO) Regional do Centro 2007-2013 - Mais Centro	POR-C
Instrumentos de referência Municipal	
Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de Seia	PMDFCI - Seia
Plano Diretor Municipal (PDM) de Seia	PDM
Plano Estratégico do Concelho de Seia 2020	PECS2020

6. Fatores Críticos para a Decisão

Os FCD constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE e identificam os aspetos que deverão ser considerados aquando da tomada de decisão. O objetivo da definição dos FCD é assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza.

Através da análise conjunta das opções estratégicas apresentadas na proposta do PP da Jagunda (QE), dos objetivos de cada um dos instrumentos (QRE) listados na Tabela 1 e tendo em consideração os fatores ambientais (FA) estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (na alínea e), n.º 1, artigo 6º, no que respeita à “*biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores*”), definiram-se os **Fatores Críticos para a Decisão** (Figura 8).

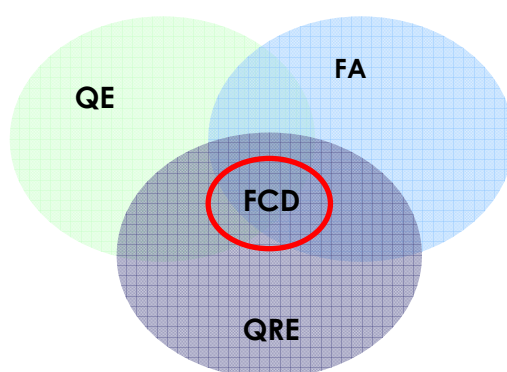


Figura 8 – Representação esquemática da determinação dos FCD (Partidário, 2007).

Neste contexto, os **Fatores Críticos de Decisão** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes para a proposta do PP da Jagunda, foram:

- Recursos Naturais;
- Qualidade Ambiental;
- Qualidade de Vida
- Ordenamento do Território

Da análise de cada um dos FCD, resultou a identificação de diferentes domínios, objetivos de sustentabilidade e indicadores que contribuíram para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções da proposta do PP da Jagunda, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão consciente e adequada.

7. Análise e Avaliação Estratégica por Fator Crítico para a Decisão

Como referido no capítulo relativo à metodologia, os FCD constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE e identificam os aspetos que deverão ser considerados aquando da tomada de decisão. O objetivo da definição dos FCD é assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza.

Neste contexto, os **Fatores Críticos de Decisão** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes para o PP da Jagunda, foram:

- Recursos Naturais;
- Qualidade Ambiental;
- Qualidade de Vida
- Ordenamento do Território

A Avaliação Ambiental Estratégica do presente Plano foi estruturada em torno dos Fatores Críticos de Decisão e respetivos Critérios e Objetivos de Sustentabilidade

Na tabela 2 encontram-se identificados os critérios de avaliação e os respetivos objetivos de sustentabilidade.

Tabela 2 - Fatores Críticos para a Decisão, Critérios e Objetivos de Sustentabilidade.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade
Recursos Naturais	Ecosistemas e habitats	- Evitar a alteração e perturbação de habitats - Salvaguardar e promover o efeito de continuidade - Preservação de áreas de ligação com o PNSE e com o Sítio PTCON0014 - Serra da Estrela
	Paisagem	- Garantir a integração na paisagem - Proteger, valorizar e requalificar a paisagem e os valores paisagísticos existentes
	Recursos energéticos	- Promover a utilização de fontes de energia renováveis e consequentemente diminuir o consumo de energias não renováveis - Maximizar a eficiência nos consumos energéticos
Qualidade ambiental	Resíduos	Promover uma política adequada de gestão de resíduos
	Água	Assegurar a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos
	Solo	- Evitar a contaminação dos solos e dos recursos subterrâneos - Promover uma reduzida taxa de impermeabilização do solo
	Ar	- Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvide a saúde pública - Reduzir a poluição do ar - Redução de gases com efeito de estufa
	Ruído	Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações
Qualidade de Vida	Mobilidade e acessibilidades	- Articular a ligação à rede viária envolvente - Promover as deslocações em meios de transporte alternativo
	Desenvolvimento socioeconómico	- Diversificação da base económica - Promover o emprego local - Contribuir para a criação de riqueza e para a melhoria da qualidade de vida da população
	Infraestruturas	- Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano - Promover um consumo eficiente e racional do recurso água - Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais
	Dinâmica turística	- Desenvolver os produtos turísticos estratégicos: Touring cultural e paisagístico; Turismo da natureza; Tours de vinho e gastronomia; saúde e bem-estar - Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística
Ordenamento do Território	Instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial	- Garantir a compatibilidade com áreas condicionadas e respeito dos modelos de desenvolvimento territorial preconizados; - Proteger, promover a valorização e assegurar a conservação de áreas sujeitas a condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública; - Assegurar a adequação a instrumentos de gestão territorial e planos sectoriais de diferentes escalas;

7.1 FCD – Recursos Naturais

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da biodiversidade, nomeadamente na fauna, flora e reabilitação ou fragmentação de habitats, ao nível dos recursos energéticos, assim como na preservação da paisagem natural, através da minimização das alterações a efetuar ao terreno, em termos de área construída, forma de implantação das construções e modelação topográfica do terreno.

7.1.1 Matriz SWOT – Situação existente e análise tendencial

Através da análise SWOT, descrita na Tabela 3, pretende-se efetuar um resumo das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao fator crítico Recursos Naturais, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica.

Tabela 3 - Análise SWOT no âmbito dos Recursos Naturais

Forças	Fraquezas	Situação Tendencial
Município com elevado valor ecológico e conservacionista, sobretudo associado ao Parque e Sítio da Serra da Estrela. Caráter de ruralidade dos usos associado ao uso florestal predominante e aos aglomerados populacionais da envolvente. CISE-Centro de Interpretação da Serra da Estrela. Excelentes condições de exposição e qualidade paisagística. Número de ocorrências e incêndios florestais na freguesia de Seia inferior à média municipal. Condições naturais para a produção de energias renováveis, nomeadamente hidroeléctrica..	Degradação da qualidade paisagística motivada pelos terrenos devolutos e com ocupação arbustiva e florestal desordenada. Abandono dos espaços rurais.	Manutenção do estado atual dos ecossistemas e habitats. Continuar da degradação da Paisagem da área do plano por abandono das práticas agrícolas e florestais. A tendência de evolução em relação aos consumos energéticos no concelho é a sua manutenção do estado atual. A tendência de evolução da produção de energia através de FER a nível concelhio é de aumento, com a energia hídrica como principal fonte.
Oportunidades	Ameaças	
Sensibilizar os agentes da área do planeamento para a compatibilização de interesses ecológicos e socioeconómicos. Definição de uma Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental com base nos recursos hídricos e no seu potencial ecológico; Criação de corredores de vegetação e áreas verdes favoráveis à promoção da Biodiversidade Melhoria da qualidade paisagística da área de intervenção com intervenções adequadas e integradas na paisagem local Implementação do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (2008-2015). Promoção de Planos de Racionalização de Energia e Eficiência Energética. Utilização das energias renováveis e promoção da eficiência energética. Implementação de técnicas de construção sustentável. Aproveitamento Hidroeléctrico de Girabolhos.	Degradação e possível abandono por parte da população. Proliferação de espécies invasoras. Risco de incêndios médio a muito alto. Conversão de solo rural em urbano. Artificialização da paisagem e decréscimo do seu valor. Povoamento urbano disperso e sem integração com a envolvente. Resistência à mudança e à adesão de hábito de contenção e racionalização do uso de energia. Escassez dos combustíveis fósseis.	

Aproveitamento da biomassa.		
-----------------------------	--	--

7.2 Qualidade Ambiental

Permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo.

7.2.1 Matriz SWOT – Situação existente e análise tendencial

Através da análise SWOT, descrita na Tabela 4, pretende-se efetuar um resumo das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao fator crítico Qualidade Ambiental, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica.

Tabela 4 - Análise SWOT no âmbito da Qualidade Ambiental

Forças	Fraquezas	Situação Tendencial
Produção de resíduos abaixo da média nacional. Presença de áreas agrícolas e florestais. Presença de solos evoluídos classificados em RAN. Ausência de ameaças significativas à qualidade ambiental, tais como qualidade do ar e ruído. Política da autarquia de sensibilização ambiental. Agenda 21.	Baixa taxa de recolha seletiva de resíduos. Estado razoável das massas de águas superficiais. Poluição difusa da água e do solo devido às más práticas agrícolas.	A tendência de evolução na produção de resíduos no concelho será a manutenção dos níveis de produção atual. A tendência de evolução da qualidade e de consumo de água é de manutenção da situação atual. A tendência de evolução em relação à qualidade do ar e do ruído é a de manutenção dos bons níveis atualmente registados.
Oportunidades	Ameaças	
Otimização dos sistemas de gestão e valorização dos resíduos sólidos urbanos. A estratégia nacional de contenção da dispersão urbana, definida no PROT, promove a otimização das infraestruturas de recolha e tratamento de RSU. Implementar uma política de gestão de resíduos urbanos biodegradáveis (RUBs). Aplicação de uma gestão da qualidade do ar cada vez mais eficaz no âmbito dos objetivos estratégicos do QREN. Incorporação nos planos territoriais do mapa de ruído, como instrumento de apoio à gestão do território para salvaguarda da saúde e bem-estar da população. Aprovação do Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica dos rios Vouga, Mondego e Lis	Potencial evolução dos níveis de consumo como força motriz para o aumento da produção de resíduos Risco de sobre-exploração do aquífero devido ao aumento dos caudais explorados. Contaminação do solo. Expansão desordenada do uso urbano. Aumento dos incultos e áreas de matos, devido ao abandono do uso agrícola e dos incêndios florestais.	

7.3 Qualidade de Vida

Pretende-se avaliar os contributos do Plano para a melhoria na qualidade de vida, nomeadamente ao nível da mobilidade, infraestruturas, dinâmica turística e desenvolvimento socioeconómico.

7.3.1 Matriz SWOT – Situação existente e análise tendencial

Através da análise SWOT, descrita na tabela 5, pretende-se efetuar um resumo das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao fator crítico Qualidade de Vida, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica.

Tabela 5 - Análise SWOT no âmbito da Qualidade de Vida

Forças	Fraquezas	Situação Tendencial
Localização geográfica: proximidade a Manteigas, Gouveia, Guarda e à A25. Tecido empresarial dinâmico e empreendedor. Tradição e Know-how na indústria transformadora. Existência de um centro de formação profissional. Tradição e Know-how e competitividade na indústria agroalimentar. Existência de uma incubadora de empresas. Cobertura total da rede de abastecimento de água. Município com fortes recursos turísticos, nomeadamente, recursos naturais: Proximidade à Serra da Estrela: Potenciadores de Turismo Natureza, Turismo Ativo, Turismo Desportivo, Touring Cultural e Paisagístico (Percurso e trilhos pedestres, miradouros). Município com forte dimensão cultural, Histórica e Tradicional potenciadora do turismo cultural: casas, pelourinhos, solares... Município com tradição gastronómica: cozinha regional: queijos, licores, enchidos Alojamento rural: várias unidades turísticas de casas de campo, alojamento particular, turismo no espaço rural. Existência da Escola Superior de Turismo e Telecomunicações de Seia.	Défices de acessibilidade inter-regional e intraconcelhia. Serviços de apoio à atividade económica pouco desenvolvidos. Elevada taxa de desemprego. Baixo nível do poder de compra per capita. Debilidade do tecido económico concelhio Regressão do setor primário. Insuficiente cobertura ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais. Falta de um trabalho estruturado e sistematizado com vista ao desenvolvimento integrado do setor do turismo. Falta de articulação entre os atores turísticos que intervêm. Falta de integração vertical e horizontal dos produtos de Seia. Reduzido marketing e divulgação de Seia enquanto destino. Reduzida formação de pessoal no setor do turismo e hotelaria. Deficiente oferta de alojamento hoteleiro Inexistência de uma rede de percursos pedestres devidamente classificados.	Ao nível da mobilidade a tendência de evolução corresponde ao aumento da mobilidade e acessibilidades face à construção de uma nova via de acesso ao aeródromo no âmbito do Plano de Desenvolvimento do Aeródromo de Seia. A tendência de evolução no desenvolvimento socioeconómico manutenção da situação atual de debilidade do tecido económico local. A tendência de evolução será a total cobertura do concelho pelo sistema de abastecimento de água e drenagem e tratamento das águas residuais. A tendência de evolução da dinâmica turística será a manutenção da situação atual, através da deficiente oferta de alojamento hoteleiro.
Oportunidades	Ameaças	

Redução das necessidades de efetuar viagens em transporte individual através da promoção da rede de transportes públicos. Aumento da extensão de vias cicláveis, que permitam aceder a diferentes áreas da cidade. Plano de desenvolvimento do aeródromo de Seia. Existência de incentivos à criação do próprio emprego Disponibilidade de áreas infraestruturadas para acolhimento de atividades económicas. Aumento da procura de Turismo de Natureza e Turismo em Espaço Rural. Similitude entre os produtos propostos no PENT e o potencial de Seia. Enquadramento sub-regional capaz de ampliar a oferta e os produtos (municípios envolventes). Grande valor natural de Seia - Serra da Estrela - Potencializador do Turismo de Natureza. Estudos para a instalação de um Campo de Golfe - potencializador do produto Golf. Criar uma incubadora de empresas na área dos serviços de animação turística. Promover o desenvolvimento do ecoturismo	Manutenção das elevadas taxas de utilização do automóvel. Inexistência de uma concertação intermunicipal para a Beira Serra. Consolidação da tendência de litoralização do povoamento e das atividades económicas. Reduzida densidade demográfica e população envelhecida. Ineficaz tratamento das águas residuais gerados no concelho. Concorrência de outras regiões com maior tradição turística. Período de crise económica mundial.	
---	---	--

7.4 Ordenamento do Território

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da articulação com os planos em vigor e respetivas propostas de revisão e também com as condicionantes e servidões existentes e previstas

7.4.1 Matriz SWOT – Situação existente e análise tendencial

Apresenta-se na tabela seguinte, tabela 6, uma análise SWOT relativamente a este fator crítico – Ordenamento do Território.

Tabela 6 - Análise Swot no âmbito do Ordenamento do Território.

Forças	Fraquezas	Situação Tendencial
Área classificada na sua maioria como espaço florestal. Área compatível com a implementação de equipamentos de lazer, recreio e turismo.	Território expectante e ausência de estruturação.	A tendência de evolução a nível dos instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial será a manutenção das condicionantes e das servidões e a compatibilidade com os PMOT.
Oportunidades	Ameaças	
Articulação de usos com o PDM em revisão. Contemplar no plano as condicionantes legais em vigor. Criação de um espaço de ocupação turística. Concretização de investimento no município através da construção de um empreendimento turístico com um campo de golfe.	Desfasamento relativamente ao processo de revisão do PDM. Desfasamento entre planos e projetos.	

8 Síntese da Avaliação Estratégica de Impactes

A avaliação ambiental concentra-se nas questões relacionadas com efeitos significativos sobre o ambiente, resultantes da concretização das propostas em avaliação, ao nível do Plano. Neste ponto apresenta-se a avaliação estratégica dos impactes decorrentes das propostas do PP da Jagunda ao nível dos fatores críticos para a decisão e critérios considerados para a presente AAE, tendo em conta que já foi verificada anteriormente a compatibilidade das opções estratégicas do plano e os objetivos do Quadro de Referência Estratégico.

Este exercício de avaliação foi estruturado de forma a determinar os impactes das propostas do Plano nas questões económicas, sociais e ambientais mais relevantes. A avaliação focaliza-se nas propostas do Plano cuja materialização está, em última análise, dependente da sua execução, produzindo um retrato dos potenciais impactes positivos (oportunidades) e negativos (riscos), isto é, dos principais riscos e oportunidades para a sustentabilidade.

Complementarmente, à identificação dos riscos e oportunidades são apresentadas recomendações no sentido de potenciarem os impactes positivos induzidos pelas propostas ou diminuir a propagação dos riscos induzidos no território, promovendo um equilíbrio na prossecução dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos para cada par fatores de decisão – critério.

A minimização das ameaças e o realce das oportunidades identificadas contribui para maximizar as potencialidades da proposta de plano.

Tabela 7 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica do PP da Jagunda

FCD	CrITÉrios	Tendência de Evolução sem PP da Jagunda	Tendência de Evolução com PP da Jagunda
Recursos Naturais	Ecosistemas e habitats	➔	↗
	Paisagem	➔	↗
	Recursos energéticos	↗	↗
Qualidade Ambiental	Resíduos	➔	↗
	Água	➔	↘
	Solo	➔	↗
	Ar	➔	➔
	Ruído	➔	➔
Qualidade de Vida	Mobilidade e Acessibilidades	↗	↗
	Desenvolvimento socioeconómico	➔	↗
	Infraestruturas	↗	↗
	Dinâmica turística	➔	↗
Ordenamento do Território	Instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial	➔	➔
Legenda			
Tendências de evolução	↘	➔	↗
	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva
	Afastamento dos objetivos e metas		Aproximação aos objetivos e metas

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade territorial do concelho de Seia.

9 Medidas e Recomendações para Seguimento

As medidas e recomendações apresentadas não dispensam uma avaliação mais detalhada nos eventuais processos de Avaliação de Impacte Ambiental que venham a estar associados a projetos que serão naturalmente acolhidos pelo presente PP da Jagunda.

FCD – Recursos Naturais

Medidas e recomendações de planeamento

- Fomentar a formação e sensibilização ambiental dos cidadãos, tendo como base as potencialidades naturais do Concelho.
- Aplicação do Guia de Boas Práticas para Campos de Golfe da APA.
- Manutenção das áreas verdes comuns.
- Em sede de AIA deverão ser aprofundados os estudos referentes às implicações que o processo de urbanização poderá ter: sobre a fauna e flora locais.
- Recomenda-se a preservação tanto quanto possível da vegetação existente e a consolidação e plantação de vegetação com espécies autóctones ou tradicionais da paisagem por serem preponderantes na manutenção do potencial genético.
- Como normas básicas de projeto e intervenção recomenda-se a utilização de vegetação bem adaptada edafoclimaticamente (preferencialmente espécies autóctones), estratégias de diminuição de consumos de água de rega, utilização de materiais vegetais, inertes e equipamentos resistentes e de boa qualidade, e a preferência por pavimentos permeáveis ou semipermeáveis, com utilização de materiais naturais.
- Os projetos de arquitetura deverão salvaguardar a integração com a paisagem envolvente.
- Para diminuir a alteração visual ocasionada pela localização de novas estruturas edificadas, infra-estruturas e equipamentos, nomeadamente o impacto visual ocasionado pela iluminação:
 - A iluminação predominante deverá ser indirecta, de modo a minimizar a reflexão. A iluminação dos arruamentos não deverá ultrapassar a altura das habitações, devendo-se evitar que seja visível do exterior do empreendimento.
 - Não deverá ser utilizada iluminação de elevada intensidade, brilho ou cor. Não deverão existir pontos de luz em movimento ou intermitentes.
 - Os pontos de luz deverão ser integrados de forma a evitar visibilidade noturna de longo alcance que possa nomeadamente afetar as áreas naturais envolventes.
- Recomenda-se o reforço de requisitos visando o aumento da eficiência energética nas áreas dedicadas às atividades turísticas.
- Promover uma iluminação pública mais eficiente.
- Estabelecer normas que promovam a eficiência energética dos edifícios, nomeadamente no que se refere ao estímulo à utilização de fontes de energia solar para aquecimento de águas.
- Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente para edifícios a construir.

- Promover a adoção de técnicas de construção sustentável.

Medidas e recomendações de monitorização

- Acompanhar a conectividade entre as linhas de água e áreas verdes comuns.
- Implementação de sistemas de monitorização de qualidade e sensibilidade visual da paisagem, nomeadamente no que respeita à qualidade e manutenção dos espaços verdes, qualidade ambiental e ecológica de espaços biofisicamente sensíveis como sejam as linhas de água, a qualidade da rede viária, a qualidade do edificado e a degradação das fachadas dos edifícios.
- Monitorizar os consumos energéticos na área do plano.
- Monitorizar o consumo de energia proveniente de fontes renováveis.

FCD – Qualidade Ambiental

Medidas e recomendações de planeamento

- Incentivar o aumento da oferta de modos de transporte sustentáveis de acesso ao PP da Jagunda, e desta forma contribuir para o controlo das emissões de gases de efeito de estufa.
- Incentivar e privilegiar tecnologias inovadoras e ecoeficientes, que permitam uma redução do consumo de recursos naturais e uma menor produção de resíduos e emissões.
- Elaboração de um plano de gestão da água.
- Elaboração de um plano de gestão de fertilizantes e produtos fitossanitários.
- Estudar a aplicação de micorrizas na implantação e manutenção da relva.
- Estudar a possibilidade de reutilização das águas residuais tratadas nas ETAR do município na rega do campo de golfe e áreas verdes comuns.
- Implementação de sistemas de gestão eficientes de efluentes líquidos de forma a diminuir eventuais cargas poluentes emitidas para as linhas de água.
- Aplicação do Guia de Boas Práticas para Campos de Golfe da APA.
- Implementar medidas de proteção do solo, nomeadamente em relação à contaminação e à erosão.
- Verificação do cumprimento do regime jurídico da utilização dos recursos hídricos.
- Implementar um sistema de compostagem dos resíduos verdes produzidos e utilização do composto como fertilizante.
- O projeto de execução de campo de golfe deverá respeitar os seguintes critérios:
 - a) O sistema automático de rega a aplicar no campo de golfe restringe-se unicamente aos greens e fairways a construir;
 - b) Devem moderar-se quanto possível as dotações de rega, evitando grandes perdas por infiltração/evaporação;
 - c) Deverão projetar-se e gerir-se em plena conjugação os sistemas rega/drenagem, de forma a reduzir ao máximo as perdas de água;
 - d) As águas lixivantes do campo de golfe, depois de drenadas e eventualmente armazenadas temporariamente, deverão ser recirculadas podendo então ser reutilizadas nas águas de rega;
 - e) Deverá ser projetado um adequado sistema de drenagem das águas lixiviadas do campo de golfe, minimizando desse modo o risco de contaminação das águas subterrâneas;
 - f) As zonas preferenciais de infiltração de lixiviados do campo de golfe, como sejam os lagos artificiais, deverão ser rigorosamente impermeabilizadas por meio de geomembranas adequadas;

- g) As valas de drenagem de lixiviados deverão ser, também elas, devidamente impermeabilizadas de forma a minimizar a infiltração no solo;
 - i) A preparação do solo para a implantação do campo de golfe deverá ter em conta o enriquecimento da sua componente orgânica (e. g. através da aplicação de fertilizante orgânico), por forma a conferir-lhe maior capacidade de adsorção, depuração e retenção da água;
 - j) Recomenda-se a adoção de cuidados especiais na escolha e aplicação de fertilizantes e pesticidas, preferindo os menos suscetíveis à lixiviação, os pesticidas com maior rapidez de degradação e menor grau de toxicidade. Relativamente aos fertilizantes, eles deverão ser reportados por várias aplicações, por forma a melhorar a sua eficácia e a minimizar as perdas por infiltração.
- Quando se prevê armazenamento das águas superficiais drenadas, em lagos, deverão ser controlados os fenómenos de eutrofização através da determinação do oxigénio dissolvido, clorofila e produção primária.
 - Acreditação das atividades turísticas do plano como “Turismo eco2SEIA” que visa enaltecer as qualidades ambientais e o contributo dos serviços de turismo para o desígnio “Seia – Cidade de Baixo Carbono”.
 - Implementação de sistemas de gestão ambiental (EMAS ou ISO 14 000).
 - Todo o equipamento, máquinas e veículos afetos ao campo de golfe com motor, devem ser inspecionados e mantidos em boas condições de funcionamento, de modo a evitar a emissão de níveis sonoros superiores aos observados durante o seu normal funcionamento;
 - Os equipamentos utilizados nas ações de manutenção, nomeadamente máquinas de corte de relva e manutenção da vegetação, devem obedecer aos valores limites de potência sonora estipulados no anexo II do Regulamento Geral do Ruído.
 - Impor limitação de velocidade na área do plano.
 - Desenvolver e implementar a Política de Gestão Ambiental do empreendimento turístico, que sensibilize os hóspedes e utilizadores para práticas de poupança de água e separação de resíduos

Medidas e recomendações de monitorização

- Acompanhamento do sistema de recolha de resíduos promovendo a recolha seletiva dos mesmos
- Assegurar a qualidade da água, em função do uso para rega, de acordo com a legislação.
- Monitorização das condições de drenagem natural na área do plano.
- Monitorização das operações de proteção de linhas de água.
- Monitorização das iniciativas desenvolvidas com vista à sensibilização para o correto uso da água;
- Monitorização da qualidade da água superficial e subterrânea (pode ser através da captação. a realizar na área do plano).
- Monitorizar os caudais utilizados na rega provenientes da captação a realizar na área do plano.
- Apresentar à Assembleia Municipal, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ambiente acústico da área do PP da Jagunda (exceto quando esta matéria integre o relatório sobre o estado do ambiente municipal (cf. Artigo 10.º do Regulamento Geral de Ruído).
- Solicitar dados do plano de monitorização dos estudos de impacte ambiental a serem realizados na área do plano para incorporar no relatório de seguimento.

FCD – Qualidade de Vida

Medidas e recomendações de planeamento

- Recomenda-se a adequação da rede de transporte coletivo ao maior número de visitantes e trabalhadores da área de intervenção fomentando o mais possível a utilização dos transportes público em detrimento do transporte individual.
- Realizar campanhas de sensibilização para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.
- Maximizar a integração das iniciativas de desenvolvimento turístico em curso no âmbito do PP da Jagunda com as estratégias e iniciativas de âmbito regional.
- Recomenda-se também que sejam tomadas medidas a implementar nas fases seguintes de desenvolvimento, concretização e exploração dos investimentos previstos no PP da Jagunda destinadas a maximizar a captação dos benefícios económicos e sociais gerados pelos projetos ao nível local e/ou regional.
- Recomenda-se que seja dada preferência à contratação de recursos humanos oriundos da região, bem como ao aproveitamento de bens e serviços provenientes da região.
- Sensibilização dos operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e turistas para a aplicação do Código Mundial de Ética do Turismo.

Medidas e recomendações de monitorização

- Recomenda-se o acompanhamento da qualidade da acessibilidade, nomeadamente no que respeita a mobilidade sustentável, acessibilidade em espaço público e oferta de estacionamento;
- Recomenda-se o acompanhamento das condições de acessibilidade das zonas turísticas aos equipamentos de segurança e saúde de Seia.
- Garantir o planeamento e execução da infraestruturação necessária em termos de reservatórios, redes de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e deposição de resíduos.
- Recomenda-se o acompanhamento da evolução da atividade turística.
- Implementação de sistemas de controlo de Qualidade dos serviços prestados pelas unidades a instalar.
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.
- Monitorização das iniciativas de promoção da área turística e do campo de golfe.
- Monitorização do contributo das atividades turísticas para o aumento da oferta de emprego.
- Monitorização da fixação e qualificação da população residente.
- Monitorização das redes de abastecimento da água potável e bruta, eletricidade, gás e da rede de recolha das águas residuais.
- Monitorização da limpeza e desobstrução periódica das linhas de água existentes e dos coletores pluviais, de modo a impedir a ocorrência de inundações.
- Monitorizar a evolução da utilização de Transportes coletivos.

FCD – Ordenamento do Território

Medidas e recomendações de planeamento

- Articulação e integração atempada das propostas do PP da Jagunda na estrutura de usos promovida pela revisão do PDM, atualmente em curso.
- Controlo estrito e operacional das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território.
- Articulação do PP da Jagunda com o PNPOT e PROT-C no sentido do desenvolvimento dos produtos turísticos estratégicos da região centro.
- Assegurar a minimização de áreas impermeabilizadas nas áreas a edificar.

Medidas e recomendações de monitorização

- Acompanhamento da ocupação do solo rural em cada sub-categoria, nas áreas de construção e edificação.

10 Programa de Gestão e Monitorização Ambiental

Atendendo à natureza executória das propostas do Plano de Pormenor da Jagunda, a monitorização e avaliação, estratégica e operacional torna-se fundamental, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das mesmas, quer dos seus impactes sobre o ambiente. Esta importância é, aliás, sublinhada no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11.º, quando refere que *“as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”*.

A monitorização das opções estratégicas do Plano será desenvolvida, pelo município, de acordo com os indicadores e as metas definidas no quadro anterior, e tendo em conta os seguintes objetivos:

- Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do Plano;
- Avaliar se a aplicação das opções do Plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos;
- Avaliar a eficácia das diretivas propostas, com o objetivo de minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;
- Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

O plano de controlo constitui uma base para avaliar o impacto do plano de ação e o respetivo desenvolvimento das ações adotadas. Esta avaliação será feita através da análise de indicadores, com base no desempenho ambiental.

A verificação das condições de implementação do plano de urbanização, quer no que respeita à concretização dos objetivos de sustentabilidade, quer em relação aos efeitos e diretrizes estabelecidas será efetuada anualmente.

Esta verificação será documentada através de relatórios anuais, os quais serão remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente.

FCD – Recursos Naturais

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Ecosistemas e habitats				
Evitar a alteração e perturbação de habitats Salvaguardar e promover o efeito de continuidade Preservação de áreas de ligação com o PNSE e com o Sítio PTC00014 - Serra da Estrela	Afetação de habitats	ha	ICNB/CMS	Anual
	Corredores ecológicos	ha	CMS	Anual
	Afetação de áreas de REN	ha	CMS	Anual
	Afetação de áreas RAN	ha	CMS	Anual
	Incêndios florestais	N.º	CMS	Anual
	Área ardida (ha)	ha	CMS	Anual
	Estudos de Impacte Ambiental realizados na área do Plano	N.º	CMS	Anual
Paisagem				
Garantir a integração na paisagem Proteger, valorizar e requalificar a paisagem e os valores paisagísticos existentes	Área com valores paisagísticos	ha	CMS	Anual
	Área construída vs áreas verdes e naturais	ha	CMS	Anual
Recursos energéticos				
Promover a utilização de fontes de energia renováveis e consequentemente diminuir o consumo de energias não renováveis Maximizar a eficiência nos consumos energéticos	Consumo de energia elétrica por habitante	KWh/hab	CMS	Anual
	Consumo de energia elétrico por tipo de consumo	kWh	INE	Anual
	Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis	MW	INE/DGEG	Anual
	N.º de edifícios concelhios com certificação energética	N.º	CMS	Anual
	Implementação de técnicas de construção sustentável	N.º	CMS	Anual

FCD – Qualidade Ambiental

Objetivos	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Resíduos				
Promover uma política adequada de gestão de resíduos	Capitação de RSU (Kg/Hab)	Kg/habitante	INE	Anual
	Taxa de separação de resíduos	%	CMS	Anual
	Taxa de tratamento e reciclagem de resíduos	%	CMS	Anual

	Resíduos Biodegradáveis valorizados	Ton	CMS	Anual
Água				
Reduzir os níveis de poluição da água para níveis que não prejudiquem os sistemas Naturais Aumentar o aproveitamento e reutilização de água Promover o uso eficiente da água Assegurar a proteção das linhas de água	Qualidade da água superficial e subterrânea;	Índice	INAG	Anual
	Utilização de água, por setor, e proporção reutilizada;	m3	INE/CMS	Anual
	Quantidade de água tratada reutilizada	m3	INE/CMS	Anual
	Cumprimento dos parâmetros de qualidade de água para rega	%	CMS	Anual
	Variação da percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento.	%	CMS	Anual
	Número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água na área do PP.	n.º	CMS	Anual
Solo				
Evitar a contaminação dos solos e dos recursos subterrâneos Promover uma reduzida taxa de impermeabilização do solo	Área de solo impermeabilizado ()	m2 e % da área do PP	CMS	Anual
AR				
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvede a saúde pública Reduzir a poluição do ar Redução de gases com efeito de estufa	Qualidade do ar (IQar)	nº dias (IQar=Bom ou Muito Bom)	CCDRN/APA	Anual
	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	n.º	CCDRN/APA	Anual
	Emissão de poluentes atmosféricos NOx, SO2, COVNM e NH3	ton/Km2	CCDRN/APA	Anual
	Quantidade de GEE (CO2, CH4, N2O)	ton/Km2	CCDRN/APA	Anual
Ruído				
Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações	Recetores sensíveis exposta níveis de ruído superiores aos valores máximos admissíveis	%	CMS	Anual
	Medidas de minimização de ruído	n.º	CMS	Anual
	Numero de queixas por excesso de ruído decorrentes da laboração das unidades turísticas	n.º	CMS	Anual

FCD – Qualidade de Vida

Objetivos	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
Mobilidade e Acessibilidades				
Articular a ligação à rede viária envolvente Promover as deslocações em meios de transporte alternativo	Repartição modal	%	INE	Anual
	Numero dos movimentos pendulares diários dos empregados nas áreas turísticas da área-plano com incidência no município	nº de hab	INE	Anual
	Cobertura da rede de transportes coletivos	N.º de carreiras diárias	CMS	Anual
Desenvolvimento socioeconómico				
Diversificação da base económica Promover o emprego local Contribuir para a criação de riqueza e para a melhoria da qualidade de vida da população	Taxa de Desemprego	%	INE	Anual
	Número de postos de trabalho criados	N.º	CMS	Anual
	Evolução da População Ativa por Atividades Económicas	%	INE	Anual
	Variação do número de empresas sediadas	%	INE	Anual
	Variação do número de Empresas por setor de atividade	%	INE	Anual
	Poder de compra per capita	%	INE	Anual
Infraestruturas				
Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano Promover um consumo eficiente e racional do recurso água Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais	Taxa de cobertura da população concelhia por Infraestruturas (água).	%	INE/CMS	Anual
	Taxa de cobertura da população concelhia por Infraestruturas (saneamento).	%	INE/CMS	Anual
	Taxa de cobertura da população concelhia por Infraestruturas (eletricidade).	%	INE/CMS	Anual
	Número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água	N.º	CMS	Anual
	Taxa de efluentes tratados	%	CMS	Anual
Dinâmica turística				
Desenvolver os produtos turísticos estratégicos: Touring cultural e paisagístico; Turismo da natureza; Tours de vinho e gastronomia; saúde e bem-estar Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística	Procura turística (numero de dormidas) nos estabelecimentos hoteleiros	n.º	INE	Anual
	Intensidade turística (nº de dormidas em milhares/população residente em centenas)	Índice IT	INE	Anual
	Taxas de ocupação hoteleira dos empreendimentos turísticos do PP	%	INE	Anual

FCD - Ordenamento do Território

Objetivos	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequencia de Amostragem
Instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial				
Garantir a compatibilidade com áreas condicionadas e respeito dos modelos de desenvolvimento territorial preconizados; Proteger, promover a valorização e assegurar a conservação de áreas sujeitas a condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública; Assegurar a adequação a instrumentos de gestão territorial e planos sectoriais de diferentes escalas;	Alterações ao zonamento (ha).	ha	CMS	Anual
	Alterações às condicionantes e servidões	ha	CMS	Anual

11 Quadro de Governança

O quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da implementação do PP da Jagunda, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança para o Plano de Pormenor da Jagunda, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Desta forma, são identificadas na tabela 8 as entidades e os agentes que se considera terem um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas no futuro PP da Jagunda, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial.

Tabela 8 - Quadro de Governança para a Ação

Entidades	Ações
Instituto da Água/Administração Hidrográfica do Centro	- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Promover a manutenção das linhas de água, avaliando a necessidade de limpeza e desassoreamento das mesmas
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água dos recursos hídricos e da qualidade do ar. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
ULS-Unidade Local de Saúde da Guarda,EPE.	Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Câmara Municipal de Seia	- Solicitação de Estudos de Impacte Ambiental dos projetos a implementar no PP da Jagunda. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PP da Jagunda decorram de forma sustentável. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Garantir a implementação dos diversos Plano Municipal de Ordenamento do Território. - Controlar os défices infraestruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico. - Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento. - Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética.
Juntas de Freguesia	- Operacionalização de operações de gestão de resíduos - Fomentar diferentes formas de participação pública.

Entidades	Ações
Autoridade para as Condições do Trabalho	Controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho.
Águas do Zêzere e Coa	- Garantir o fornecimento e qualidade da água para consumo. - Garantir a recolha e tratamento das águas residuais. - Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento.
DGEG - Direcção Geral de Energia e Geologia	- Manter atualizadas as perspectivas de desenvolvimento da produção com origem em fontes de energia renováveis e das respetivas metas e objetivos a diferentes prazos e escalas de planeamento. - Incentivar a adoção de medidas de eficiência energética a todos os níveis (e.g. municípios, empresas, famílias).
ADENE	Promover utilização da ER e das boas práticas associadas à eco-eficiência energética e à certificação energética.
Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão - Ecobeirão, SA	Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos.
População em Geral	- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública. - Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética. - Participar ativamente na conservação dos valores naturais do seu município com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável

12 Considerações Finais

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de alteração do PP da Jagunda foi suportado na análise de quatro FCD – Recursos Naturais; os Qualidade Ambiental; a Qualidade de Vida e o Ordenamento do Território.

Durante o processo de AAE não foram evidenciados/identificados impactes ambientais significativos não minimizáveis ou compensáveis decorrentes diretamente das opções estratégicas do Plano.

As medidas e recomendações de seguimento propostas, irão contribuir para uma potenciação das oportunidades previstas e para uma mitigação dos riscos. Desta forma, espera-se que a presente plano de urbanização se constitua como uma intervenção de planeamento sustentável.

Evidencia-se, no entanto, a importância do acompanhamento da implementação do Plano através do cumprimento do programa de gestão e monitorização ambiental, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

Com a implementação da presente proposta do plano, promove-se a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida das populações locais, uma vez que se prevê a criação de mais postos de trabalho, permitindo-se a instalação de novas unidades sujeitas ao cumprimento estrito dos normativos ambientais para o setor e para a atividade específica.

De facto, pelas considerações efetuadas, a proposta de plano apresentada resulta num balanço positivo entre as oportunidades de desenvolvimento criadas e os riscos inerentes.